



Petroluta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petit, 261 - Vl. Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
email: sipetrol1@terra.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolasasco@terra.com.br

Subsede Bauru
Rua Beirut, 4-77
Vila Seabra - Bauru - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Afereis José Caetano, 1944 - Centro
Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 (19) 3434-3834

Subsede Sorocaba
Av. Octavio Augusto Rangel, 1209
Jd. Toledo - Votorantim - SP
Fone: (15) 3343-2852

Nº 142
Nov / Dez 2010

Editorial Pág. 02

Renovação e esperança

Racismo Pág. 02

Repúdio a intolerância

Maria da Penha Pág. 02

Afastado juiz que não respeita as mulheres

Consigaz Pág. 03

Empresa não reintegra sindicalista

Gás Pág. 03

Multa para vendedor clandestino de GLP

20 de novembro Pág. 04

Dia da Consciência Negra

Política Pág. 04

Continuidade do governo petista

João Faisca Pág. 04

Idoso deve ter acesso ao direito de viajar

■ Campanha Salarial 2010/2011

Fechado acordo Sindilub

Em reunião de negociação realizada no último dia 28 de outubro, o Sindicato Interestadual do Comércio de Lubrificantes (Sindilub) apresentou sua proposta salarial. O patronal estava representado pela Comissão de Negociação composta pelos Laercio Kalaukas, Paulo Roberto Nogueira Carvalho, Edélcio Fomari, Ruy Ricci e Dra. Claudia Mar-

ques Generoso, advogada do Sindilub. Os trabalhadores estavam representados por José Martins dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo (Fepetrol); e pelos companheiros Claudinei Alves de Souza, Antonio Eudimar de Oliveira e Luiz José Gila, di-

retores do Sipetrol, e Floreal Jackson Almela, do sindicato de São José do Rio Preto e Valter Adalberto, do sindicato do Grande ABC.

Veja na tabela abaixo a proposta apresentada pelo Sindilub, para vigorar a partir de 1º de setembro de 2010. A proposta foi levada aos trabalhadores em assembleia e aprovada..

Propostas:

- Reajuste salarial: 6,29% para os salários praticados;
- Novos pisos salariais: Office boy, vigia, faxineira, ajudante de armazém, balconista, recepcionista e auxiliar de escritório = R\$ 625,00
- Trocador de óleo R\$ 725,00
- Demais trabalhadores R\$ 814,00.
- PLR 30% calculado sobre o piso salarial correspondente a cada função - 15% em janeiro + 15% em julho de 2011
- Vale Refeição: valor unitário de R\$ 7,10
- Seguro de vida em grupo apólice de R\$ 20 mil por morte natural, acidente ou invalidez permanente, custo do seguro de R\$ 10,00 mensais por empregado, sendo a participação mensal do empregado de R\$ 2,00.
- Cesta básica: a comissão patronal vai tentar viabilizar a discussão junto à diretoria do Sindilub e a categoria econômica, quanto à possibilidade, da concessão deste benefício na próxima data-base.

A Participação nos Lucros ou Resultados da Copagaz chega a 200%

O nosso Sindicato fechou no dia 10 de novembro, acordo com a distribuidora Copagaz o pagamento da PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de 2010.

Pelo acordo, serão consideradas as metas mínimas estabelecidas quanto à tonelagem de produção e vendas alcançadas até o mês de

Outubro/09. A empresa vai pagar, até o dia 30 de novembro de 2010, o valor correspondente a 200% do salário base vigente em 01 de Setembro de 2010, acrescido do adicional de periculosidade e da premiação de vendas, quando devido, descontando o valor pago no mês de maio de 2010.

Os empregados admitidos ou demitidos sem justa causa no decorrer do ano de 2010 terão direito ao pagamento proporcional aos meses efetivamente trabalhados até aquela data. Os afastados por doença, acidente do trabalho ou licença maternidade também vão receber.

Classe D supera classe A nas universidades

A classe "D" já passou a classe "A" no número de estudantes nas universidades brasileiras públicas e privadas. Em 2002, havia 180 mil alunos da classe "D" no ensino superior. Sete anos depois, em 2009, eles eram quase cinco vezes mais e somavam 887,4 mil. Em contrapartida, o total de estudantes do estrato mais rico caiu pela metade no período, de 885,6 mil para 423,4 mil. Os dados fazem parte de um estudo do instituto Data Popular.

"Cerca de 100 mil estudantes da

classe "D" ingressaram a cada ano nas faculdades brasileiras entre 2002 e 2009 (GOVERNO LULA), e hoje temos a primeira geração de universitários desse estrato social", observa Renato Meirelles, sócio diretor do instituto e responsável pelo estudo.

O estudo, feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela também que as classes "C" e "D" respondem atualmente por 72,4%

dos estudantes universitários. Em 2002, a participação dos estudantes desses dois estratos sociais somavam 45,3%.

São considerados estudantes de classe "D" aqueles com renda mensal familiar entre um e três salários mínimos (de R\$ 510 a R\$ 1.530). Os estudantes da classe "C" têm rendimento familiar entre três e dez salários mínimos. Já na classe "A", a renda está acima de 20 salários mínimos (R\$ 10.200).

Em 2011 o país vai seguir mudando, sob os olhos atentos e a fiscalização ativa de um povo trabalhador aguerrido, que está despertando para o seu valor e seu poder político e que nunca vai perder a fé em dias cada vez melhores.

José Floriano da Rocha

Ano da informação e da renovação da esperança

Este ano foi recheado de acontecimentos importantes, fatos que chamaram a atenção dos brasileiros e mobilizaram milhões em torno da TV e da internet em busca de informações.

A Copa do Mundo; a primeira em território africano; a eleição de um novo presidente – no caso, a primeira presidenta; o colossal vazamento de petróleo no Golfo do México (EUA), o comovido caso dos mineiros chilenos; o caso do goleiro Bruno; a condenação dos Nardoni.

Mas o que tudo isso tem em comum? Esses acontecimentos, sem ligação aparente entre si, mostraram que o brasileiro se acostumou a se informar mais, e faz isso de forma cada vez

melhor e mais ágil. Depois de anos em que o direito à informação era cerceado – os tempos da ditadura – vivemos uma época de livre e voraz acesso às notícias em tempo real, onde quer que os fatos aconteçam.

Pelo jornal do Sindicato, você, trabalhador, ficou sabendo como andava a negociação da sua categoria, viu todas as ações em que o seu Sindicato se envolveu e toda a luta pela melhoria das condições de trabalho. Conheceu melhor seus direitos, enfim, adquiriu conhecimento, material importante e imprescindível para a tomada de decisões.

A informação é muito importante. Graças a ela pudemos separar o joio do trigo, a boataria das verdades, e

escolher Dilma a próxima governante do País. Graças ao conhecimento e à identificação com um projeto que fala diretamente para nós, trabalhadores, renovamos a esperança e a fé num futuro melhor. Um futuro que, há 8 anos, sob o comando de um trabalhador como qualquer um de nós, começamos a ver e a ajudar a construir.

Em 2011 o país vai seguir mudando, sob os olhos atentos e a fiscalização ativa de um povo trabalhador aguerrido, que está despertando para o seu valor e seu poder político e que nunca vai perder a fé em dias cada vez melhores.

A diretoria do Sipetrol deseja a todos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de conquistas!



A diretoria do Sipetrol deseja a todos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de conquistas!

Racismo

Estudante de Direito em São Paulo atribui a nordestinos a derrota do candidato tucano e revolta o Brasil

A estudante de Direito Mayara Petruso, em declaração no Twitter, afirmou que “nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado”.

Isso tudo após José Serra perder a eleição, fato que ela atribuiu aos nordestinos que moram na cidade.

“É a revolta da elite paulista contra o povão de todo o Brasil. Essa moça não tem nada na cabeça. É o mínimo que podemos dizer”, afirma o Secretário Geral do nosso Sindicato, Joaquim Miranda Sobrinho.

Lembramos que racismo e preconceito é crime. “E ela vai ter que pagar por isso”, conclui o 'paulista' Miranda.

Justiça

CNJ afasta juiz contrário a Lei Maria da Penha

O Conselho Nacional de Justiça afastou o juiz, Edilson Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), acusado de machismo no julgamento de processos relacionados à Lei Maria da Penha. Por nove votos a seis, foi decidido o afastamento da função por dois anos. Depois do tempo de afastamento o magistrado pode solicitar ao CNJ o retorno ao tribunal.

Além dos nove conselheiros que decidiram pela disponibilidade, os outros seis votaram pela censura ao juiz e por um teste para aferir sua sanidade mental. Cabe recurso da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2007, o juiz utilizou declarações discriminatórias de gênero ao proferir uma sentença em processo de violência contra a mulher. Segundo ele, “o mundo é masculino e assim deve permanecer” e as “desgraças humanas começaram por causa da mulher”.

O juiz também classificou a Lei Maria da Penha como um “monstro tucano” e que era um “um conjunto de regras diabólicas”.

A Lei Maria da Penha foi sancionada em agosto de 2006 e estabeleceu regras mais rígidas contra os acusados de agressão contra a mulher. Também criou instrumentos de proteção às vítimas e de seus filhos.

Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsede mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jerferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaon.com.br

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de outubro, novembro e dezembro.

Consigaz não respeita legislação referente a dirigente sindical

O sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo, com sede a Rua Carlos Petit, 261 – Vila Mariana – São Paulo, CEP: 04110-000, na pessoa de seu presidente José Floriano DA Rocha, vem a público comunicar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), denunciar em repúdio a forma veemente contrária aos princípios de demissão arbitrária e ilegal do trabalhador REINALDO ANTONIO DA SILVA, diretor de base deste sindicato, pela incansável luta pelos interesses e defesa dos integrantes da categoria profissional, vez que, a Empresa Consigaz Distribuidora de Gás Ltda, situada em Barueri/SP, no afã de suprir a luta intransi-

gente dos interesses coletivos e individuais. Promoveu de forma injusta a sua demissão.

A demissão afronta o inciso 8º do artigo 8º da Constituição Federal e o artigo 543 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pois, a garantia de emprego a que faz jus o empregado detentor de mandato sindical tem por objetivo resguardar o livre exercício das funções inerentes ao cargo, evitando que a empresa dificulte ou mesmo impossibilite o desempenho da função, por meio de represálias ou por ameaças de demissão do emprego em razão do múnus sindical para o qual foi eleito o dirigente sindical, a estabilidade sindical, por constituir norma de ordem pública, é irrenunciável pela

vontade das partes e não tem por objetivo assegurar ao empregado detentor de mandato sindical um benefício pessoal, com a manutenção do emprego e salários, mas sim assegurar o atendimento aos interesses da coletividade dos trabalhadores, com o livre exercício da atividade sindical, sem quaisquer pressões, sendo vedada a dispensa sem justa causa de empregado detentor de mandato sindical e atitudes arbitrárias como esta impulsionada pela Empresa Consigaz, importaria na conclusão de que a representação sindical estaria fadada a não mais existir em nosso ordenamento jurídico, pois, para a eliminação dos dirigentes sindicais de seus quadros, bastaria que os empregadores, a par-

tir da eleição de seus empregados para o desempenho de mandato sindical, os dispensassem sem justa causa, que merece o amplo repúdio e indignação de toda a sociedade, vindo a macular o Sindicalismo Brasileiro, o Estado de Direito e principalmente a democracia.

Este governo não gosta de quem não respeita os trabalhadores.

Diversas autoridades já foram notificadas sobre o assunto, inclusive a engenheira Maria das Graças Foster, atual diretora do Gás e Energia da Petrobrás, já que a estatal não pactua com atitudes anti-sindicais.

A LUTA CONTINUA!

José Floriano da Rocha
Presidente do Sipetrol

Multa para venda ilegal de botijões de gás varia de R\$ 5 mil a R\$ 5 milhões

A venda clandestina de gás de petróleo liquefeito (GLP), popularmente conhecido como gás de cozinha, pode significar risco tanto pelo armazenamento inadequado, quanto pela sua manipulação. A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomustíveis (ANP), não divulga o número de profissionais atuantes no Estado, mas o órgão afirma que para coibir o comércio irregular, “todos os fiscais da ANP se deslocam por todo o Brasil, de acordo com o cronograma de trabalho” fiscalizando e autuando estabelecimentos irregulares. Segundo o órgão “a fiscalização de GLP não é atribuição exclusiva da ANP”, que conta com uma ação que envolve também prefeituras e o Corpo de Bombeiros.

Segundo dados da ANP, em 2009, no Estado de São Paulo, foram realizadas 492 abordagens a estabeleci-

mentos de venda de GLP, desses 77 foram interditados.

Sobre a fiscalização da venda clandestina de GLP no município de São Paulo, a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, afirma que cabe às subprefeituras fiscalizar as questões administrativas sobre a licença de funcionamentos dos estabelecimentos vistoriados. Segundo a pasta, outras fiscalizações são de competência da ANP.

A Lei 9847/99, estabelece que a ANP fiscalize e exija de estabelecimentos o cumprimento das determinações necessárias para o funcionamento. Em caso de irregularidade, cabe ao órgão autuar pela infração. Os estabelecimentos autuados estão sujeitos a multas, que podem variar de acordo com a infração cometida, entre R\$ 5 mil e R\$ 5 milhões. As mesmas são aplicadas ao fim do pro-

cesso administrativo iniciado com a autuação, conforme a Lei 9847/99.

DENUNCIE

O Sindigás disponibiliza uma ferramenta que permite fazer denúncias de forma identificada ou anônima dos pontos de vendas ilegais, fixos ou móveis, e seus possíveis abastecedores. Trata-se do Programa Gás Legal. O link para denúncias é o www.sindigas.org.br/SalaImprensa/Denuncia/



Fonte: Metronews



Sindicom terá primeira rodada de negociação

Nos dias 14 e 15 de dezembro nosso Sindicato terá a 1ª rodada de negociação salarial com o Sindicom, representante das empresas distribuidoras de petróleo, no Rio de Janeiro.

"Esperamos que desta vez os patrões não venham com a choradeira

de sempre, alegando prejuízo, porque na realidade quem está no prejuízo é o trabalhador que recebe uma miséria de piso salarial e não tem sequer a PLR garantida na CCT", afirma o diretor Valdenir da Cruz Santos

É por isso companheiros que,

além das várias reivindicações, vamos centrar fogo na luta por um salário de admissão justo e pela inclusão da cláusula de PLR na CCT, com pagamento mínimo de 2 salários nominais para cada trabalhador. Os pontos principais da nossa pauta de reivindicações são:

- Reajuste salarial de 12%
- Abono Especial de R\$ 3.000,00
- Vale Refeição R\$ 30,00
- Vale Alimentação/Cesta básica 350,00
- ATS mínimo de R\$ 600,00.
- Salário de admissão no valor de R\$1.416,00

Dia da Consciência Negra

Uma luz sobre Luiz Gama

LUIZ GAMA DENUNCIOU COM COMPETÊNCIA E INDIGNAÇÃO SITUAÇÕES PERVERSAS DE DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA BRASILEIRA

Quem passa pela rua Luiz Gama, que vai do Largo do Cambuci à Av. Alcântara Machado, cruzando a Av. do Estado, talvez não saiba que é uma homenagem a um herói brasileiro, como lembrou em um artigo o professor aposentado de Direito da USP, Fábio Conder Comparato. Um pouco de luz sobre a história desse abolicionista no Dia da Consciência Negra seria interessante. Luiz Gama, como escreveu Comparato, herdou da mãe o caráter indômito e apaixonado. Luiza Mahin, africana livre da nação nagô, tomou parte ativa nas insurreições baianas de 1835 e 1837 e, deportada, não se sabe se para o Rio ou se para a África. Quanto ao pai, de uma família ilustre da Bahia e descendente de portugueses, arruinou-se no jogo e aca-

bou vendendo o próprio filho de dez anos como escravo em 1840 a um traficante paulista.

Alfabetizado por um amigo aos 17 anos, Luiz Gama apaixonou-se pelos livros e aos 18 se alistou na Marinha de Guerra. Seis anos depois, retornou a São Paulo onde passou a trabalhar no escritório de um escravidão e depois na Secretária de Governo da Província. Nessa ocasião, veio-lhe a inspiração de estudar Direito para defender negros escravos.

A grande questão jurídica que levantou, na imprensa e nos tribunais, foi a vigência da lei de 7 de Novembro de 1831 – pelo tratado de repressão do tráfico negreiro celebrado por Portugal e a Inglaterra em 1818 teriam de ser declarados livres todos os africanos de-

semarcados no País depois daquela data. Enquanto magistrados covardes, como diz Comparato, cedendo à pressão dos fazendeiros, se recusavam a aplicá-la, o governo multiplicava exigências burocráticas para a soltura dos negros mantidos no cativeiro e na Assembleia Geral votava leis destinadas a esvaziar toda força normativa da lei, embora mantendo-a formalmente em vigor.

Em suma, era a velha tática brasileira de cobrir a dominação oligárquica com as vezes ornamentais do ‘Estado de Direito’. Luiz Gama soube denunciar, com competência e indignação, essa impostura perversa. Sozinho – fato único em nossa história -, conseguiu libertar nos tribunais mais de 500 escravos. A história veio demonstrar que o advogado negro acertara em cheio o alvo.

Fonte: Fábio Conder Comparato (Professor aposentado de Direito da USP)



Defensoria Pública exige divulgação à gratuidade do idoso no transporte interestadual

A Defensoria Pública de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, ajuizou no último mês ações civis públicas (ACP's) contra as empresas Viação Itapemirim, Viação Cometa e Auto Viação 1001 em razão da falta de publicidade e de divulgação do direito das pessoas com mais de 60 anos que ganhem até dois salários mínimos de obterem assento gratuito ou com desconto de 50% no transporte interestadual.

Segundo o Defensor Público Leandro de Marzo Barreto, coordenador do Núcleo, as empresas de transporte devem separar guichê próprio para o exercício do direito à gratuidade pelos idosos, além de colocar placas, mensagens publicitárias, cartazes e luminárias no espaço que utiliza para a comercialização das passagens, ao longo dos terminais rodoviários e nos sites institucionais das empresas. “Ao não divulgar esse direito, as empresas negam a vigência à lei”, disse o Defensor.

De acordo com levantamento feito em julho passado pelo Defensor, de 166 idosos que procuraram a Defensoria Pública ao longo de duas semanas e preencheram voluntariamente um formulário, 90% nunca tinham visto qualquer informação sobre o direito à gratuidade nas rodoviárias e outros 40% sequer sabiam sobre esse direito.

O estudo motivou a Defensoria de São Paulo a oficiar as empresas Viação Itapemirim, Viação Cometa e Auto Viação 1001 a fim de que esclarecessem como realizam a publicidade do direito, mas as respostas obtidas foram consideradas insuficientes. Segundo Leandro, as empresas se negaram a realizar um termo de ajustamento de conduta, o que motivou o ajuizamento das ACP's.

A ação pede que as empresas que realizam venda virtual de passagens permitam adquirir o “Bilhete de Viagem do Idoso” pela internet. Caso seja julgada procedente, a decisão beneficiará cerca de 2 milhões de pessoas e abrangerá terminais rodoviários de todo o Estado de São Paulo em que essas empresas mantenham transporte interestadual.

Entenda melhor

Segundo o Decreto Federal nº 5934 de 2006, que regulamenta o Estatuto do Idoso, as empresas de transporte devem disponibilizar até dois assentos gratuitos para idosos com mais de 60 anos, que ganhem até dois salários mínimos, nos trajetos interestaduais. Caso dois assentos já tenham sido ocupados por pessoas nessas condições, a empresa deve ainda ofertar desconto de 50% para demais idosos que desejarem ocupar assento no mesmo veículo.

Para comprovar que está em condições de exercer o direito, o idoso deve apresentar documento válido de identificação civil e comprovar seus rendimentos por meio de holerite, carteira de trabalho, extrato de pensionista ou declaração anual de imposto de renda.

Para adquirir a passagem o idoso deve comparecer ao guichê com antecedência de seis horas para viagens com distância de até 500 quilômetros e com antecedência de 12 horas para viagens com distância superior a 500 Km.

João Falsca

Eleições 2010: A continuidade do governo petista

O povo brasileiro, mais uma vez, aprovou, através do exercício democrático que é o voto, a continuidade do governo petista. Desta vez, não teve jeito. Não adiantou o candidato derrotado tergiversar ou, como ele mesmo dizia, “vir com trololó”. Restou-lhe vir, trazendo na boca o gosto amargo da derrota, desejar a Dilma, “boa sorte” e um “até breve”. Acho que lhe faltou humildade até aí, já que não proferiu a seguinte frase “saio da vida pública para entrar na história, sendo o oponente da mulher que acaba de escrever mais um capítulo da história”.

A partir do dia 1º de janeiro, após a primeira mulher da história da República brasileira tomar posse, nós, que acreditamos, votamos e demos a nossa colaboração na campanha, também nos sentiremos empossados, porque a eleição da Dilma amplia a perspectiva da esperança, dos sonhos, do respeito à cidadania, do orgulho de ser brasileiro. Temos certeza que o nosso patrimônio será preservado.

Os projetos sociais possibilitarão que a fome e a miséria sejam erradicados, que as nossas crianças e jovens tenham acesso à uma educação de qualidade, que aqueles des-

providos da condição econômica não sepultem seus sonhos e esperanças num corredor de hospital público, devido à precariedade do sistema único de saúde.

Depois de propalado o resultado, pudemos ver no rosto das pessoas a alegria. Até o tilintar das ferramentas da obra ao lado parecem mais vívidos, pois as mãos de quem as impulsionam tem a certeza de que esse país não parará de crescer, que os avanços em todos os setores continuarão ocorrendo, e que, de fato, o povo brasileiro seja símbolo para o mundo, pois somos gigantes pela própria natureza. Chegou a hora de sermos gigantes pelo nosso desenvolvimento.

Agora, até os infames veículos de comunicação ficaram generosos, mas nós vamos demonstrar que não somos rancorosos, só não nos venham com hipocrisia. A bem da verdade, quais são os seus reais interesses? Será que já estariam pensando nos horários dos jogos da Copa do Mundo, de forma que não atrapalhem seus telejornais e novelas?

No governo do Partido dos Trabalhadores, o povo é a principal prioridade. Com toda certeza, Dilma fará um governo

democrático, respeitando as instituições, alicerçado nos sentimentos da mulher eleita pelo povo para o povo.

Devemos lembrar sempre que a capacidade que o ser humano tem só é reconhecida quando as exercem com a mais plena sabedoria, coragem e amor. A vocação é inerente ao ser. Portanto, temos que investir sempre na pessoa humana, e isso, com toda certeza, será contemplado no governo Dilma.

O homem desconhece as suas reais capacidades porque está preso a padrões, formas e modelos. Com isso, tem medo de errar. A mulher, naturalmente, é uma emancipadora, pois a elas fora predestinado as virtudes de semear a vida, garantindo assim a perpetuação da espécie.

Dilma, dos filhos deste solo já és mãe gentil. Acorde os que estão deitados em berço esplendido, convoca-os para juntos promoverem a justiça, a liberdade, e por fim às desigualdades extremas que ainda existem sob este céu de anil que és a nossa pátria amada, Brasil.

O Profº Rosalvo S. Filho é formado em Ciências Físicas e Biológicas pela Faculdade Profº José A. Vieira e em Matemática pela Uniesp, com pós-graduação lato sensu em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade de Lavras.